



Relações de trabalho no Polo de Confecção em Goiânia, GO: a informalidade persiste?

Selma Maria da Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho no Polo de Confecção da Região da Rua 44 em Goiânia-GO, a fim de verificar a persistência ou não da informalidade. O estudo é de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionários (240) e entrevistas (21). Os resultados revelam que a transferência da Feira Hippie para a região da Rua 44 impulsionou o comércio local, dando origem ao Polo de Confecção. Na atualidade, o Polo se constitui como um aglomerado de microempresas atacadistas de confecção, a maioria de produção própria. Todavia, a inserção dos trabalhadores no Polo ainda é marcada pela informalidade, tanto nas relações de trabalho quanto na atividade, evidenciando a persistência da informalidade.

Palavras-Chave: Trabalho. Informalidade. Precarização. Polo de Confecção. Goiânia.

Labor relations in the clothing industry sector in Goiânia, GO: does informality persist?

Abstract: This article aims to analyze the working relations at the Regional Pole of 44th Street in Goiânia, Goiás, in order to verify the persistence or not of informality. The study is of descriptive character, with qualitative and quantitative approach. The data were collected through questionnaires (240) and interviews (21). The results reveal that the transference of the Hippie Fair to the region of 44th Street boosted the local commerce, giving rise to the Confection Pole. Nowadays, the Pole is constituted as a cluster of micro clothing wholesalers, most of them own production. However, the insertion of workers in the Pole is still marked by informality, both in labor relations and in the activity, highlighting the persistence of informality.

Keywords: Labor. Informality. Precariousness. Clothes making industry sector. Goiânia.

¹ Doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, Brasil. Mestre em Agronegócios, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, Brasil. Graduação em Administração, Pontifícia Universidade de Goiás – PUC, Goiânia, GO, Brasil. ORCID: 0000.0002.0874-2004E-mail: profasms@hotmail.com.



1. Introdução

As transformações no mundo do trabalho a partir da década de 1990 impactaram a economia, resultando em um processo de reestruturação produtiva². Desde então, mudanças vultosas têm sido realizadas no âmbito do trabalho, dentre as quais, se destacam: a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização da relação salarial. As mudanças impactaram todos os setores econômicos e, de forma específica, o setor de confecção.

O setor tem como característica baixa barreira de entrada no mercado, reduzida fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e, mais recentemente, da intervenção dos poderes públicos municipais na organização de espaços para o comércio (a exemplo dos centros de compras especializados em confecção) que deram origem a vários polos de produção e comercialização de confecção no país. Todavia, a implementação dos polos de confecção em âmbito nacional tem tido como característica geral a informalidade, tanto na atividade quanto nas relações de trabalho.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as relações de trabalho no Polo de Confecção da Região da Rua 44 em Goiânia-GO, a fim de verificar a persistência ou não da informalidade.

O surgimento desse Polo remonta à década de 1990, quando o poder público municipal buscou formas de organizar e regulamentar a atividade dos camelôs e vendedores ambulantes na capital. Nessa época, os trabalhadores informais comercializavam os produtos de confecção na Feira Hippie³, localizada no centro da cidade. Com o crescimento da atividade, a Feira foi transferida para a região da Rua 44.

A transferência da feira para a região deu origem aos centros de comércio popular (CCP)⁴, como galerias e *shoppings*. Muitos trabalhadores do comércio informal de rua (camelô, ambulante, feirante) passaram a comercializar seus produtos nos boxes e lojinhas instalados nesses novos espaços. Nas últimas décadas a região passou por um processo de transformação, o que resultou em uma nova configuração do espaço local e das atividades comerciais, dando origem ao arranjo que hoje se denomina Polo de Confecção da Região da Rua 44.

Nesse sentido, este trabalho busca responder analiticamente às

² A Reestruturação produtiva deriva do desenvolvimento de novos modelos de produção, de tecnologia de informação (informática, microeletrônica, automação etc.) e comunicação (DRUCK; BORGES, 2002).

³ A Feira Hippie se caracteriza como uma feira que produz produtos simples e com preços acessíveis à população de baixa renda. Os principais produtos comercializados são os artigos do vestuário. A oferta dos produtos é alimentada pela existência de pequenas facções e o trabalho de costureiras domiciliares, que subcontratadas não possuem vínculo de emprego, bem como são mal remuneradas, fato que contribui para o baixo preço dos produtos.

⁴ Os centros de comércio popular são centros de compras abertos ou fechados, localizados em áreas onde há grande concentração de atividades comerciais, podendo ser feiras livres, mercados, galerias de lojas, *shopping center* tradicional e *shopping center* popular, cuja principal característica é o baixo preço das mercadorias, destinadas, sobretudo, às classes de menor poder aquisitivo (C, D E).



seguintes questões: Como são as relações de trabalho na configuração atual do Polo? A informalidade persiste, não obstante as mudanças pelas quais vem passando o Polo?

Este artigo se justifica pela relevância do tema, uma vez que discute as novas formas de inserção no mundo do trabalho em um contexto marcado pela crise do emprego, flexibilização das relações salariais e fomento ao empreendedorismo.

Ademais, a reflexão aqui proposta visa contribuir com os estudos sobre a categoria trabalho, com recorte para a atividade de confecção, bem como incentivar o interesse de outros pesquisadores para o desenvolvimento de novos estudos sobre esta temática.

2. Referencial teórico

2.1. A reconfiguração da informalidade ao longo do desenvolvimento do capitalismo globalizado

Para compreender a informalidade, primeiramente fez-se a distinção entre setor formal e setor informal, no início de 1970, após um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as condições de trabalho no Quênia e difundido na América Latina pelos estudos do Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC/OIT).

Para o PREALC/OIT, a origem do trabalho informal na América Latina e Caribe estaria na migração campo-cidade desencadeada no pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto de industrialização tardia (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). O excesso de mão de obra resultante do processo de migração fez que população não absorvida pelo mercado de trabalho assalariado se adentrasse em ocupações fora da relação salarial e sem proteção social (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; TOKMAN, 2011; LEITE, 2009).

Contudo, essa primeira abordagem foi bastante criticada pelos estudiosos da época, uma vez que apresentava uma dualidade representada, por um lado, pelo setor moderno (formal) e, por outro lado, pelo setor tradicional (informal), ambos vistos de forma estática e desconectada, tornando a abordagem insuficiente para explicitar a complexidade da dinâmica da produção e emprego. Criticava-se também o fato dos estudiosos dessa corrente associarem o setor informal a segmentos mais pobres da população e de não considerarem as formas de inserção do trabalhador na produção, por preverem o desaparecimento do setor informal com o processo de industrialização e crescimento econômico, o que não ocorreu (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). Tais críticas indicaram a necessidade de reformulação do conceito.

O segundo enfoque foi de economia registrada e economia não registrada, desenvolvido no final de 1970, tendo como ponto de partida a crise econômica



mundial e o processo de reestruturação produtiva nos países centrais e periféricos, que culminaram na desarticulação do mercado de trabalho. Como consequência, houve a redução do contingente de trabalhadores assalariados e o surgimento de atividades não regulamentadas.

Nesse novo contexto, o termo informalidade passa a ser designado para expressar atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas, que estão à margem da legislação. Trata-se de distinguir as atividades formais das informais por meio da legalidade ou ilegalidade, do ponto de vista de serem registradas ou não (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). Nessa definição, a informalidade abrange tanto as atividades econômicas quanto o mercado de trabalho. Neste último, as relações de trabalho com ausência de contratos e de proteção social seria um demarcador da informalidade, sendo, portanto, consideradas ilegais (NORONHA, 2003).

Noronha (2003) destaca que, do ponto de vista jurídico, não há contrato formal ou informal, mas apenas legais ou ilegais, uma vez que o que define o *status* de empregado e empregador é a existência de registro. Essa interpretação é difundida em vários países cujas relações de trabalho são legitimadas pela legislação, como é o caso do Brasil, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O terceiro enfoque, denominado nova informalidade, surgiu no final de 1980 e início de 1990. Nesta época, os países centrais e periféricos ficaram marcados por um processo de reestruturação produtiva e políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, resultando em altas taxas de desemprego, no aumento do autoemprego ou emprego autônomo (ARAÚJO, 2011). Tais mudanças indicaram a necessidade de uma redefinição do conceito de informalidade que viesse a contemplar essa nova realidade. Surge assim o conceito de nova informalidade nos países periféricos.

Para Dedecca e Baltar (1997), a nova informalidade é caracterizada pelo acréscimo do número de autônomos (resultado do aumento generalizado da terceirização), pela entrada de novos trabalhadores do setor formal no setor informal, pela criação de novos produtos e de novas atividades econômicas e pela redefinição de outras já existentes.

Lima e Soares (2002) explicitam que a nova informalidade incorpora tanto os trabalhadores antes ocupados no mercado formal como os trabalhadores do velho informal, por conta própria de todos os tipos e atividades, uma vez que esses trabalhadores necessitam misturar atividades do setor formal e informal para sua própria sobrevivência e da família. Para o autor e a autora, a nova informalidade não representa nada de novo, uma vez que um grande contingente de trabalhadores sempre esteve na informalidade e continuamente dependeu da família para sua reprodução como força de trabalho. Entretanto, Lima e Soares (2002, p. 167) ressaltam que a novidade consiste em “a nova informalidade deixar de representar algo transitório para constituir-se em definitivo”.



Tratando desse assunto, Araújo (2011) pontua que o conceito de nova informalidade permite compreender tanto as atividades típicas da velha informalidade quanto as criadas ou recriadas para a reprodução do capital, como o caso do setor de confecção, no que diz respeito à terceirização e ao autoemprego. No que tange a este último, a autora destaca o trabalho ambulante, ou de rua, uma atividade de trabalho antiga que, reconfigurada pelo desenvolvimento do capitalismo, vem ocupando espaços nos camelódromos e *shoppings* populares das grandes cidades brasileiras. A ocupação nesses novos espaços tem como finalidade o comércio popular, sobretudo de produtos do vestuário e eletrônicos.

O Polo de Confecção da Região da Rua 44 insere-se nessa nova dinâmica. O Polo foi, em um primeiro momento, ocupado por trabalhadores que viram no comércio de rua uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho mediante a atividade de camelô e/ou ambulante. Com o surgimento dos centros de compras, muitos trabalhadores do comércio de rua passaram a exercer a atividade nesses novos espaços.

2.2 O Polo de Confecção da Região da Rua 44: origem e desenvolvimento

A origem do Polo de Confecção da Região da Rua 44 remonta ao processo de transferência da Feira Hippie para a Praça do Trabalhador, no ano de 1995⁵. Essa década marca um período em que existia um grande contingente de trabalhadores no comércio informal em Goiânia. Trata-se de camelôs e ambulantes que, impulsionados pelo movimento da Feira Hippie na Avenida Goiás, fabricavam mercadorias no fundo de quintal para vender nas ruas da região central da cidade (VIEIRA, 2005; LOPES, 2008).

Os produtos do setor de confecção se tornaram referência de vendas com crescente aumento do número de bancas dedicadas à comercialização de roupas, a principal mercadoria vendida pelos ambulantes da época (LOPES, 2008). No entanto, os produtos eram vendidos a preços mais baixos que os vendidos nas lojas, gerando uma forte concorrência e um acirrado conflito entre os trabalhadores informais e os comerciantes locais (MAIA; COELHO, 1997).

Afora o conflito entre camelôs e lojistas, outros problemas surgiram, tais como crescimento desordenado de bancas, problemas de segurança para os frequentadores e expositores, dificuldade de controlar como (e o que) se comercializava na feira, conturbações no trânsito do centro da cidade e na vida de seus moradores (MAIA; COELHO, 1997).

⁵ A Feira Hippie começou a funcionar em 1969 no Parque Mutirama. O local era ponto de venda de produtos de artesanato feitos por hippies. Em 1985, a feira foi transferida para a Praça Cívica. Em 1990, foi transferida para a Avenida Goiás. Em 1995, por conta do aumento do número de feirantes e visitantes, a feira foi transferida da Avenida Goiás para um lugar maior, a Praça do Trabalhador, onde permanece até hoje.



Diante disso, as atividades dos ambulantes e camelôs passaram a ser alvo de diversas ações públicas, com o objetivo de conter seu crescimento em vias públicas, organizar e controlar a atividade. Algumas das ações foram a criação de novos espaços para a comercialização, tais como as feiras especiais e o Mercado Aberto, e a transferência da Feira Hippie da Avenida Goiás para a Praça do Trabalhador, ao lado do Terminal Rodoviário da região central de Goiânia.

Em pouco tempo a Feira passou a ser reconhecida como o principal centro de compras da capital⁶, atraindo milhares de visitantes e compradores de outros estados brasileiros, notadamente das regiões Norte e Nordeste. Esses compradores, geralmente sacoleiras, vinham de ônibus fazer compras no atacado, para posterior revenda em seus estados de origem (CASTRO; BRITO, 2006).

Com a expansão da atividade, antigas casas, galpões e armazéns da região foram transformados em espaços para a venda dos produtos de confecção. Todavia, esses espaços funcionavam como uma feira coberta, com barracas instaladas desorganizadamente, tendo como características principais uma estrutura física ruim, estabelecimentos sem registro e condições de trabalho precárias, mas com dinamismo crescente.

O fluxo contínuo e intenso de pessoas de todo o país transformou a região em um grande polo comercial de confecção. Logo, novos empreendimentos começaram a surgir, como hotéis, estacionamentos, restaurantes, lanchonetes etc. Em meados dos anos 2000, aproveitando o grande potencial da Feira e da antiga rodoviária reconfigurada no Shopping Araguaia, a região passou por um processo de transformação, com a construção dos primeiros centros de compras populares, o que resultou numa nova configuração do espaço e das atividades comerciais.

A transformação do espaço local é visível através da implementação recente de *shoppings*, galerias, rodoviária e lojas de confecção, que provoca alterações mais aceleradas no processo de circulação de mercadorias e no ritmo de vida dos moradores locais (RIBEIRO et al., 2002, p. 2).

O Polo, já bastante desenvolvido, passa, a partir de 2010, por um novo processo de transformação, dando início à construção de novos centros de compras, com arrojada estrutura física e de serviços de apoio à atividade, dando origem ao arranjo que hoje se denomina Polo de Confecção da Região da Rua 44⁷.

⁶ O grande número de bancas na Feira Hippie fez que ela ganhasse o status de maior feira ao ar livre da América Latina.

⁷ O modelo de centro de compras populares promove um diferencial entre o Polo da Região da Rua 44 e os outros Polos da cidade (Fama, Marista e Goiás Center Modas). Tais diferenças atingem tanto a forma de realização da atividade quanto o formato dos estabelecimentos. Nos Polos mais antigos a atividade é mais organizada, e os estabelecimentos são lojas de rua. No Polo da Rua 44, além de a atividade ser mais desorganizada, os estabelecimentos são no formato de boxes e lojinhas instalados no interior dos centros de compras.



3. Procedimentos Metodológicos

O presente artigo classifica-se, quanto à abordagem, em qualitativa e quantitativa. Se, por um lado, os dados quantitativos oferecem dados puros, não elucidativos da realidade social, por outro, as informações qualitativas se tornam relevantes para elucidar ou dar significado aos dados quantitativos. Assim, os dois métodos se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente (MINAYO, 1998).

O estudo se caracteriza também como descritivo. Já o aporte teórico-metodológico remete à abordagem da informalidade e à pesquisa bibliográfica, para aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno em questão. Na análise da informalidade, as categorias de análise foram ausência de carteira assinada para os funcionários e estabelecimento sem registro para os proprietários.

Na coleta de dados fez-se uso de questionários e entrevistas, direcionados a três perfis de trabalhadores(as): empregados(as), proprietários(as) fabricantes, proprietários(as) revendedores(as). Essa segmentação visou obter informações específicas dos/as trabalhadores(as) e das atividades de produção/venda e revenda.

Os dados foram coletados por meio de 240 questionários, 160 com os/as funcionários(as) e 80 com proprietários(as). Entre os/as funcionários(as), 7 são homens e 173 são mulheres. Entre os/as proprietários(as), 18 são homens e 62 são mulheres. Os questionários foram entregues nos estabelecimentos com posterior retorno para seu recolhimento. Os dados foram coletados no período compreendido entre setembro de 2015 e janeiro de 2017.

Foram realizadas 21 entrevistas, destas, 11 foram feitas com proprietários(as) e 7 com funcionários(as). Entre os/as proprietários(as), 7 são mulheres e 4 são homens. Entre os/as funcionários(as), 5 são mulheres e 2 são homens. Os entrevistados foram os mesmos que responderam ao questionário e aceitaram realizar a entrevista, resguardando sua identidade por meio de nomes fictícios. O número de entrevistados atendeu ao critério de saturação teórica, em que nenhum dado relevante estava sendo adicionado à pesquisa (FLICK, 2004). Foram entrevistados também dois proprietários de centros de compras e um representante ligado ao segmento

Outra técnica que foi bastante utilizada no estudo foi a observação não participante, a qual possibilitou observar o espaço de trabalho, as instalações dos estabelecimentos e a realização dos processos de trabalho na prática.

Quanto ao processo de amostragem, esta foi não probabilística⁸, realizada em um dos centros de compras da região, que abriga aproximadamente 800 lojas e boxes de confecção. O critério de seleção do centro de compras levou em consideração: o formato do estabelecimento (box e loja), a diversidade na produção, estabelecimentos com produção/venda e apenas de revenda.

Para a tabulação e análise dos dados oriundos dos questionários, valeu-

⁸ A Prefeitura não tinha o cadastro geral dos estabelecimentos de confecção na região.



se do aplicativo de pesquisa quantitativa, denominado *Estatistic Package for the Social Sciences* (SPSS), por permitir fazer uma série de combinações com os dados obtidos, bem como a construção de tabelas, facilitando a visualização e a interpretação dos resultados.

Para a análise das informações qualitativas oriundas das entrevistas, fez-se uso do método de análise do discurso, que tem a linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais. Assim sendo, o método tem como objeto o discurso dos entrevistados (INIGUEZ, 2004). A análise das entrevistas foi intermediada por um aplicativo denominado Atlas. Ti.

4. Resultados e Discussão

Neste tópico discute-se sobre a Caracterização dos entrevistados e dos estabelecimentos do Polo investigado e, em seguida, as Relações de trabalho e a persistência da informalidade.

4.1 Caracterização dos(as) entrevistados(as) e dos estabelecimentos

A análise dos ocupados segundo sexo no Polo de Confecção da Região da Rua 44 indica que o trabalho feminino é preponderante na região investigada: as mulheres representam 89,6%; os homens, 10,4% (Tabela 1). Esse resultado é superior ao índice encontrado no mercado de trabalho formal de confecção em Goiás (73,4%) e em Goiânia (70,8%) (RAIS, 2015). Esse resultado corrobora também os estudos e pesquisas empíricas realizados por Araújo e Amorim (2001-2002), Leite (2004), Vêras de Oliveira (2011), Araújo (2011), que apontam o predomínio de mulheres em estabelecimentos de pequeno porte, como por exemplo os pequenos comércios, sobretudo os de confecções.

Tabela 1 - Ocupados(as) segundo sexo no setor de confecção: Região da Rua

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	25	10,4
Feminino	215	89,6
Total	240	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se analisa a posição na ocupação segundo sexo, verifica-se que na posição de empregados(as) as mulheres representam 71,2%; já os homens representam 28,0%. Na posição de proprietários(as) as mulheres somam 28,8%; os homens 72,0% (Tabela 2). Constata-se, portanto, que as mulheres são minoria em postos de maior nível hierárquico e maioria em postos de



menor nível. Esse resultado corrobora as pesquisas feitas por Araújo e Amorim (2001-2002) e Vilasboas (2016) no setor de confecção, que evidenciam a desigualdade nos postos de trabalho.

Tabela 2 - Posição na ocupação segundo sexo no setor de confecção: Região da Rua 44, Goiânia, GO - 2016

Sexo	Posição na ocupação				Total
	Proprietário(a)		Empregado(a)		
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência
Masculino	18	72,0	7	28,0	25
Feminino	62	28,8	153	71,2	215
Total	80	33,3	160	66,7	240

Fonte: Dados da pesquisa.

A posição na ocupação segundo escolaridade e sexo indica que na posição de empregados(as) as mulheres se concentram no nível de escolaridade de fundamental completo a médio completo (62,7%); os homens nessa mesma posição também se concentram nesse nível de escolaridade (57,1%). Já na posição de proprietários(as), as mulheres se concentram no nível de escolaridade de fundamental completo a médio completo (41,9%); no entanto, os homens nessa mesma posição predominam no nível superior completo (38,9%). Tal resultado se contrapõe aos estudos realizados por Araújo e Amorim (2001-2002), Neves, Jayme e Zambelly (2006), Bruschini (2007), que apontam que as mulheres possuem escolaridade mais elevada que os homens na maioria das atividades, incluindo a atividade de confecção.

A posição na ocupação segundo a idade e sexo indica que homens e mulheres na posição de empregados(as) estão concentrados(as) na faixa de idade de 20 a 29 anos: eles, 42,8%; elas, 57,5%. Na posição de proprietários(as), verifica-se que os homens predominam na faixa etária de 30 a 39 anos (33,3%); já as mulheres se concentram na faixa de idade de 20 a 29 anos (27,4%). Esse resultado é importante para mostrar que o Polo de Confecção na Região da Rua 44 está sendo constituído por uma nova geração de mulheres jovens, tanto na posição de empregada quanto de empreendedora. Cabe destacar que o mercado de trabalho faz distinção no perfil das mulheres no elo da produção e do comércio. Na produção, o mercado de trabalho absorve mais mulheres com idade mais elevada e casada; no comércio, mulheres mais jovens e solteiras.

A posição na ocupação segundo rendimento e sexo mostra que as mulheres na condição de empregadas são maioria na faixa de rendimento acima de um até dois salários-mínimos, representando 69,3%; os homens nessa mesma posição auferem rendimento de até um salário-mínimo (42,9%). Por sua vez, as mulheres na posição de proprietárias se concentram na faixa de rendimento acima de dois salários até cinco salários (41,9%); já



os homens nessa posição se concentram na faixa de rendimento acima de dez salários-mínimos (27,8%). Esse resultado engrossa as estatísticas que indicam a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro e corrobora as pesquisas realizadas no setor de confecção, tais como de Leite (2004), Neves e Pedrosa (2007), Vilasboas (2015), que apontam rendimentos salariais superiores para os homens, comparados com os das mulheres.

Nas entrevistas, foi possível identificar que o fato de não ganhar muito apareceu como um motivo que restringe a entrada de homens no segmento. Para a maioria dos homens entrevistados, a inserção no segmento só é atrativa como proprietário, porque propicia melhores ganhos, como mostra o discurso a seguir:

***Entrevistado.** Homem quer sempre ganhar mais que a mulher. Então por isso eles não procuram tanto essa área. Eles querem ser mais dono do que funcionário. No meu caso, eu não queria ser funcionário de uma loja. Se fosse para eu ser funcionário eu ia procurar outro serviço. (Gabriel, 27 anos, proprietário).*

O trabalho nos estabelecimentos comerciais é vender os produtos confeccionados ou adquiridos prontos. O processo de vendas envolve as seguintes etapas: a) abordagem ao cliente; b) apresentação do produto; c) fechamento da venda. Na função de vendedor(a) trabalham predominantemente mulheres, a maioria jovens, como já citado.

Quanto aos principais produtos comercializados, estes são: vestidos, blusas, saias, calças e bermudas. Os produtos são diferenciados em moda casual, moda infantil, moda praia, moda esporte, moda *fitness*, moda evangélica. Prevalece, entretanto, o vestuário sazonal, ou de “modinha”, que são, em geral, produtos de pequeno valor agregado, destinados principalmente a mercados de baixa renda, cuja concorrência baseia-se, sobretudo, em preços. Os produtos são voltados para o público masculino, feminino e infantil, e vendidos predominantemente no atacado.

No que tange aos estabelecimentos, constatou-se que a maioria é no formato de boxes e “lojas” de confecção. O porte dos estabelecimentos é predominantemente de microempresa, tal como evidenciado por Araújo (2011). A maioria funciona de quarta-feira a domingo. As regras gerais de funcionamento do espaço de trabalho são determinadas pelos(as) proprietários(as) dos centros de compras. Aos(às) proprietários(as) do estabelecimento cabem apenas as regras internas do negócio, aos/às empregados(as) o cumprimento das regras gerais do centro de compras e do(a) empregador(a).

A produção é de responsabilidade dos(as) proprietários(as) dos estabelecimentos (80%). Os produtos são fabricados em uma facção dentro da própria casa e transportados para as “lojas” próprias na Região da 44. Dessa forma, a imbricação da atividade de produção e de comercialização constitui



uma das características do Polo. Apenas uma minoria de proprietários(as) (20%) revende mercadoria acabada, adquirida em empresas atacadistas de outros estados.

O trabalho dos(as) proprietários(as) no processo de produção envolve as seguintes etapas: a) aquisição da matéria-prima – a maioria compra os tecidos nos atacadistas do setor Campinas, Goiânia, uma minoria compra de representantes de fábrica de outros estados; b) criação e *design* – a maior parte copia o modelo de alguma revista, novela, internet ou do concorrente; c) modelagem e corte – uma minoria terceiriza a modelagem, e a maioria realiza o corte; d) montagem e acabamento – essas etapas são predominantemente terceirizadas a famílias domiciliares. A quantidade de peças fabricadas mensalmente varia conforme o volume de vendas nos estabelecimentos. Naqueles com menor volume, a quantidade varia entre 400 e 800 peças, nos de maior volume, gira entre 2.000 e 3.000 peças.

Em geral os/as proprietários(as) dos estabelecimentos se organizam na forma de microempreendedor individual (MEI) ou sem registro da atividade econômica. Independentemente da forma de inserção, os/as proprietários(as) têm buscado uma maior profissionalização na gestão do negócio, envolvendo as atividades de produção, vendas e logística, uso de novas tecnologias e racionalização do trabalho via flexibilização.

4.2 Relações de trabalho: persistência da informalidade?

A Tabela 3 indica o quantitativo de estabelecimentos com empregados(as), somando 40%. Esse percentual é bastante significativo, tendo em vista a configuração do comércio de confecção na região, composto de pequenos estabelecimentos, a maioria no formato de boxe e “lojas”.

Tabela 3 - Estabelecimentos com empregados(as) no setor de confecção: Região da Rua 44, Goiânia, GO – 2016

Empregados	Frequência	Percentual
Não	48	60,0
Sim	32	40,0
Total	80	100,0

Nota: Estão incluídos(as) somente os/as proprietários(as) dos estabelecimentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

O número de empregados(as) por estabelecimento é de um; alguns estabelecimentos empregam dois⁹. Pesquisa de Nunes e Campos (2006) e Vilasboas (2015) também indicou a predominância de um a dois empregados

⁹ Dentre os/as proprietários(as) que não têm empregados(as), alguns/algumas contam com ajudantes para a realização do trabalho. Os ajudantes geralmente são pessoas que fazem parte da rede de parentescos, como pais, cônjuge (marido, esposa), filho(a) e parentes.



no setor de confecção em Goiás.

Quanto ao registro dos(as) empregados(as), constatou-se que prevalece o trabalho desprotegido, visto que 50,6% dos(as) empregados(as) não possuem carteira de trabalho assinada (Tabela 4). Tal resultado indica que mais da metade dos(as) empregados(as) dos estabelecimentos trabalham na informalidade. Várias pesquisas empíricas antigas e recentes no segmento de confecção, tais como de Araújo e Amorim (2001-2002), Nunes e Campos (2006), Lima (2009), Heleno (2013), Vilasboas (2015), têm demonstrado que a informalidade constitui uma das características do setor no Brasil. Uma possível explicação para essa persistência está no fato de esse segmento ter um caráter familiar e dispor de pouco recurso financeiro.

Tabela 4 – Trabalhadores(as) com carteira de trabalho assinada no setor de confecção:

Carteira de trabalho assinada	Frequência	Percentual
Não	81	50,6
Sim	79	49,4
Total	160	100,0

Nota: Estão incluídos(as) somente os/as empregados(as) dos estabelecimentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao investigar quem são os/as empregados(as) inseridos(as) de forma desregulamentada, buscou-se identificar a inserção por sexo. As mulheres são maioria nos postos informais, representando 50,9%; os homens têm maior presença nos postos formais, somando 57,27% (Tabela 5). Para Castel (2009), a precarização do trabalho atinge vários perfis de trabalhadores, sobretudo os mais jovens e as mulheres, como é o caso das empregadas do comércio de confecção na região investigada. A falta de experiência e a pouca qualificação são fatores que influenciam nessa forma de inserção, pois reduz as oportunidades de emprego.

Tabela 5 – Empregados(as) com carteira de trabalho assinada por sexo no setor de confecção: Região da Rua 44, Goiânia – 2016

Carteira de trabalho assinada	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%
Não	3	42,8	78	50,9	81	50,6
Sim	4	57,2	75	49,1	79	49,4
Total	7	100,0	153	100,0	160	100,0

Nota: Estão incluídos(as) somente os/as empregados(as) dos estabelecimentos.

Fonte: Dados da pesquisa.



Com relação ao tempo de trabalho com carteira assinada, identificou-se que para 44,6% dos/as empregados(as) é de até um ano; para 30,1%, de um ano e um mês até dois anos. Esse resultado mostra que 74,7% dos(as) empregados(as) têm carteira de trabalho assinada num período máximo de até dois anos. Isso pode estar associado à rotatividade no segmento, observada na etapa da pesquisa de campo. Os motivos que ensejam tal situação merecem uma maior atenção e poderão ser objeto de outras pesquisas.

Perguntado aos/às proprietários(as) qual é a forma de contratar a força de trabalho em épocas especiais, verificou-se que é mais comum contratar trabalhadores(as) diaristas (50,6%). Todavia, esse tipo de trabalho caracteriza-se apenas como um “bico” temporário e mal remunerado, sem perspectiva futura de o/a trabalhador(a) ser efetivado(a), uma vez que a contratação visa atender apenas a uma rápida demanda de mercado e reduzir custos.

O uso do trabalho terceirizado também constitui uma das características marcantes do Polo. As lojas de confecção contratam facções domiciliares para a execução das etapas de montagem e acabamento, mediante contrato entre elas apenas verbal, ou seja, informal. Tal fato evidencia a precariedade das condições de trabalho realizado na ponta instável da cadeia produtiva de confecção e do Polo em particular, fomentando seu caráter informal de origem, como aponta o discurso a seguir.

***Entrevistado.** Esse pessoal não tem nada escrito, é um contrato de parceria, mas é verbal. Até porque eles prestam serviços para outras pessoas também. Então assim a gente não tem nada formalizado não (Paulo, 42 anos, proprietário).*

***Entrevistado.** 99% do que eu já trabalhei até hoje foi um acordo verbal, nunca foi um contrato formal (Pedro, 35 anos, proprietário).*

A terceirização é, para as lojas de confecção, fonte de competitividade, visto que o objetivo é a redução dos custos. Pesquisa realizada por Araújo e Amorim (2001-2002) no setor de confecção destacou o uso predatório da terceirização, uma vez que a finalidade é a redução de custos trabalhistas.

A informalidade na região abrange também a atividade econômica, ou seja, os estabelecimentos. A Tabela 6 revela que 58,7% dos(as) proprietários(as) têm seus estabelecimentos registrados e 41,3% não possuem registros, ou seja, exercem a atividade na informalidade.

**Tabela 6 - Registro da atividade econômica no setor de confecção: Região da Rua 44, Goiânia, GO – 2016**

Registro	Frequência	Percentual
Não	33	41,3
Sim	47	58,7
Total	80	100,0

Nota: Estão incluídos(as) somente os/as proprietários(as) dos estabelecimentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de proprietários(as) informais, a maior parte é de mulheres, 75,7%; já os homens são 24,3%. Esse resultado está em consonância com a literatura, que preconiza que as mulheres nos pequenos comércios são maioria na forma desregulamentada (ARAÚJO, 2011). Sobre a intenção de regularizar os estabelecimentos, a maior parte respondeu que a regularização está em andamento, 63,6%; os que não pretendem regularizar ou que não sabem quando irão regularizar somam 30,4%. Constata-se, portanto, que a informalidade é “transitória” para alguns e “permanente” para outros (LIMA; SOARES, 2002).

Dentre os estabelecimentos regularizados, a maioria optou pelo Programa Microempreendedor Individual (MEI). Geralmente, os/as proprietários(as) registram a empresa como MEI e uma pessoa da família como empregado; os demais contratos envolvidos na atividade são informais, resultado também constatado na pesquisa de Nunes e Campos (2006). O baixo custo de formalização na forma de MEI é o principal motivo para a regularização.

Sobre a fiscalização no Polo de Confecção, 82,5% dos(as) proprietários(as) relataram não sofrer nenhum tipo de fiscalização. Contudo, é importante destacar que a fiscalização é seletiva e discriminatória, dado que o alvo são os estabelecimentos menores (banca e box), alocados em empreendimentos com estruturas mais precárias, como mostra o discurso a seguir.

***Entrevistado.** [...] Eles [fiscais] vão mais nas galerias com menores estruturas. Porque eu acho que eles deduzem[que], como você paga um alto preço para estar num local mais estruturado, automaticamente você deve estar totalmente regularizado. Mas nem sempre é assim. Mas quando eles vão, vão nos menores. Eles devem intimar a regularizar a papelada e a pessoa regulariza [...]. A fiscalização não é tão intensiva assim não (João, 29 anos, proprietário).*

Cabe destacar que alguns centros de compras se encontram em situação irregular junto à Prefeitura¹⁰. Tal situação impede que os pequenos

¹⁰ A irregularidade se manifesta quando um empresário ou grupo de empresários aluga um prédio para funcionar como centro de compras, vendendo o Direito de Uso ou “luva” do espaço comercial para o pequeno comerciante. Isso a despeito de a lei não permitir que um imóvel alugado (para um



estabelecimentos instalados no interior dos centros de compras adquiram o alvará de funcionamento, o registro do estabelecimento e de seus empregados. Nesse contexto, a configuração e a dinâmica do Polo acompanham as tendências atuais da nova informalidade e da precarização do trabalho, em que se evidencia a utilização de formas de organização do trabalho flexíveis e precárias (autônomo, sem registro em carteira, terceirizado, diarista), de processos de formalização parcial e da reconfiguração do espaço de trabalho.

5. Considerações finais

A realização do estudo permitiu identificar pelo menos dois fatores que contribuíram para que a região da Rua 44 se tornasse o novo Polo de Confeção de Goiânia. Primeiro, na segunda metade da década de 1990, a transferência da Feira Hippie para a região impulsionou o desenvolvimento local e a atividade de confecção. Segundo, a partir dos anos 2000, o sistema capitalista passou a buscar novas formas para a exploração de atividade econômica e a reprodução do capital, criando espaços para a realização de atividades comerciais, a exemplo dos centros de compras populares especializados em confecção.

Muitos ambulantes e camelôs tornaram-se pequenos empreendedores do ramo de confecção nesses novos espaços. Entretanto, a inserção é, na maioria das vezes, marcada pela informalidade, uma vez que a atividade e as relações de trabalho não têm registro. As instituições de regulação, por sua vez, não têm atuado no sentido de reduzir a informalidade na região. Até o momento, políticas públicas e/ou incentivos para reduzir a informalidade não foram identificados ou têm sido incipientes por parte do Estado e da Prefeitura. Ações de fiscalização e controle da informalidade nas relações de trabalho, a cargo do Ministério Público, também têm sido insuficientes. Os grupos empresariais também não têm desenvolvido ações e/ou incentivos para promover a regulamentação da atividade.

Constata-se, portanto, que a dinâmica do Polo de Confeção da Região da Rua 44 acompanha as tendências atuais da nova informalidade e da precarização do trabalho, em que se evidencia a utilização de novas formas de organização do trabalho flexíveis e precárias (trabalho autônomo, sem registro, terceirizado, avulso), de processos de formalização parcial e da reconfiguração do espaço de trabalho. Se antes a atividade era exercida na rua, agora ela ocorre de forma mais organizada nos centros de compras, contudo, sua base continua sendo de caráter familiar, informal e precária. Tal realidade permite concluir que o trabalho informal ainda persiste, a despeito das mudanças pelas quais vem passando o Polo.

Entre as oportunidades de trabalhos futuros sugere-se uma análise das

empresário ou grupo de empresários) seja novamente alugado (para um pequeno comerciante), pois caracteriza uma sublocação.



relações de trabalho entre os/as proprietários(as) fabricantes do Polo e seus terceirizados, mulheres costureiras que realizam parte da produção.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ângela M. C.; AMORIM, Elaine R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17-18, p. 267-310, 2001-2002.

ARAÚJO, Ângela M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, R. Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ívan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

BRUSCHINI, Maria C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set.-dez. 2007.

CACCIAMALI, Maria. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 14, p.153-174, 2000.

CASTRO, Sérgio D.; BRITO, Leila. **Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás**. Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj7/05.htm>>. Acesso em: abr. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DEDECCA, Claudio S.; BALTAR, Paulo E. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DRUCK, Maria da G.; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

DRUCK, Maria da G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: VÉRAS de OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Maria da G.; AMARAL, Manoela F. do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.



FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Brookman, 2004.

HELENO, Edilane do A. **Configuração do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama, PE**. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de João Pessoa, 2013.

INIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEITE, Márcia de P. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 2, p. 239-265, mar. 2004.

LEITE, Márcia de P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de P.; ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

LIMA, Jacob C.; SOARES, Maria J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul.-dez. 2002.

LIMA, Ângela M. de S. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. 2009. 355 f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

LOPES, Edmar A. de B. **As novas faces da informalidade na região central de Goiânia, GO**: os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MAIA, Carlos E.; COELHO, Tito O. O comércio varejista periódico no espaço urbano contemporâneo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 17. n. 2, 1997.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NEVES, Magda de A.; JAYME, Juliana G.; ZAMBELLI, Paulina. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006.



NEVES, Magda de A.; PEDROSA, Célia M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan.-abr. 2007.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-179, out. 2003.

NUNES, Jordão H.; CAMPOS, Andréia F. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 237-255, 2006.

RIBEIRO, Cleusa S.; BARROS, Adauto R. de; FELÍCIO, Antônio M.; JÚNIOR, Marciano M. Mudanças no uso do solo urbano no entrono da feira Hippie em Goiânia-GO: o caso da Rua 44. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13. 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2002.

TOKMAN, Víctor E. Informalidad en América Latina: balance y perspectivas de política. **Revista Internacional de Estadística y Geografía**, v. 2, n. 3, p. 6-31, sept.-dic. 2011.

VÉRAS de OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os ternos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS de OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

VIEIRA, Geruza S. de O. **Desordem organizada: processo de interação social nos espaços públicos: um olhar sobre os vendedores ambulantes do Mercado Aberto em Goiânia**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

VILASBOAS, Jaqueline P. de O. **A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá, GO**. 2015. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

Como citar este artigo:

SILVA, Selma Maria. Relações de trabalho no Polo de Confecção em Goiânia,



SELMA MARIA DA SILVA

GO: a informalidade persiste?. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.1, p. 221-239, jan./jun. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9120.391>

Data de submissão do artigo: 11/01/2020

Data da decisão editorial: 30/01/2021